

ÁREA: TURISMO

GOVERNANÇA REGIONAL EM TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ: turismo, sustentabilidade e desenvolvimento regional

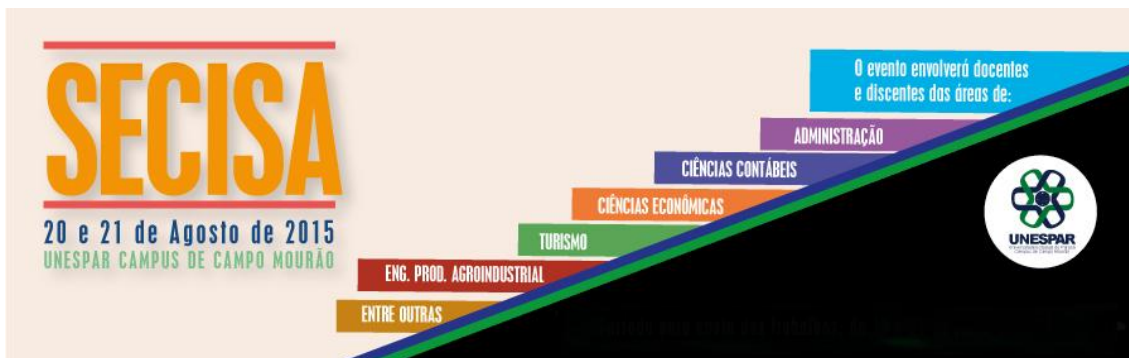
ARTIGAS, Annamaria¹

A adoção do enfoque participativo na elaboração e execução das políticas públicas ganha mais força na gestão da atividade turística. Essa mudança de paradigma dota os municípios de maior autonomia política, administrativa e financeira e também aumenta proporcionalmente sua responsabilidade na execução dos programas oriundos das políticas públicas, elaboradas democraticamente, considerando as características de cada localidade o do papel que exercem local e regionalmente.

As ações de planejamento e execução de políticas e programas nas três esferas governamentais tem como principal escopo desenvolver as regiões através da atividade turística dentro dos preceitos da sustentabilidade, ou seja, viabilizar o desenvolvimento sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional.

O presente trabalho tem como foco principal uma breve discussão sobre a importância das Instâncias de Governança Regional do Turismo instituídas no estado do Paraná e seu papel fundamental na promoção do desenvolvimento regional sustentável através da condução adequada da atividade turística. Conforme mostra Becker (2000, p. 117) a qualidade só pode ser conquistada através da crescente organização e

¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade Integrada Curitiba, Professora Auxiliar do Curso de Turismo e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR– Campus Campo Mourão), mestranda em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP/UTFPR). Email: anna_artigas@ig.com.br



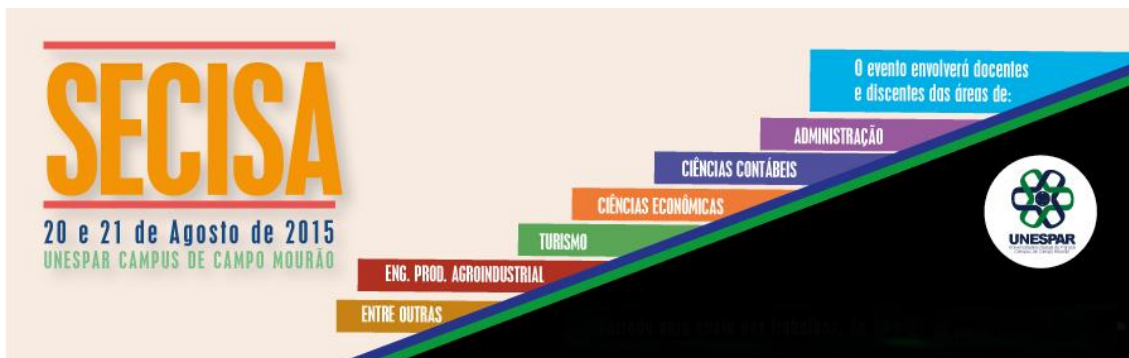
participação da população no processo decisório e nos frutos do desenvolvimento. A descentralização da gestão do turismo prevê que a participação da comunidade local e dos demais atores envolvidos direta e indiretamente na atividade turística seja mais efetiva principalmente para orientar os processos de tomada de decisão.

Neste sentido, planejar e gerenciar a atividade turística respeitando os pressupostos do desenvolvimento sustentável é uma forma de alcançar a sustentabilidade, o que só pode ser verificado se organizações, pessoas e instituições com um mesmo objetivo capaz de direcionar suas ações para a sustentabilidade, o que pode inclusive ser percebido como um sinal de amadurecimento. Simão et al (SIMÃO et. al, 2010)

O processo de regionalização desperta um novo foco na gestão da atividade, perde-se a característica de pulverizar investimentos de forma isolada, que em alguns casos, apesar de grande potencial de atratividade, os municípios não possuíam capacidade técnica de gestão e planejamento principalmente de recursos financeiros. Ao tratarmos de gestão regionalizar pensado como política pública consiste em ampliar o foco para além do município com o objetivo de planejar, promover, comercializar de forma compartilhada e integrada. (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO PARANÁ, 2009, p. 10)

Neste sentido, os atores envolvidos na atividade turística têm maiores possibilidades de participação no processo de planejamento e execução da atividade turística. Não podemos afirmar que estamos em um nível ideal de gestão participativa, mas constata-se que, em muitas regiões turísticas, as discussões sobre o uso adequado e racional dos recursos necessários ao turismo vem avançando e isso reflete diretamente na qualidade dos destinos e na qualidade da prestação de serviços ao turista.

Em se tratando de fomentar o desenvolvimento sustentável de uma região, não podemos deixar de ressaltar o caráter endógeno da atividade turística, uma vez que, como indica Silva (2003, p.23), “a endogenia está na capacidade organizacional das comunidades locais e regionais definirem prioridades e formas de ação inovadora que possam dinamizar as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em busca de patamares mais elevados.”

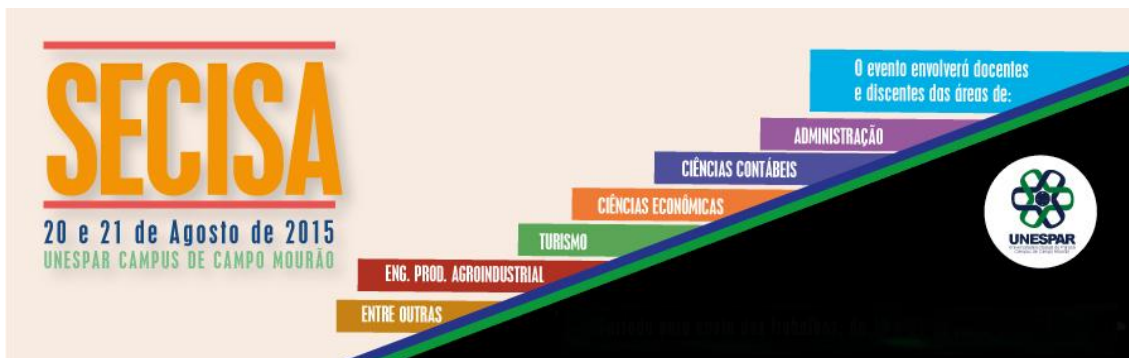


Um dos fatores de maior importância no processo de planejar o turismo de forma regionalizada talvez seja a efetiva atuação das Instâncias de Governança do Turismo de cada uma das regiões estabelecidas em nível estadual, afinal é preciso que se tenha um órgão gestor e nada melhor que esse seja palco de participação dos atores envolvidos na atividade. Regionalizar não consiste no simples ato de agrupar municípios próximos e com características similares, é preciso criar um ambiente com características democráticas, harmônicas e de cunho participativo congregando iniciativa pública, privada, comunidade e o terceiro setor. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007)

As regiões turísticas do estado do Paraná ficaram organizadas da seguinte forma: Litoral do Paraná; Região do Pinhão que abrangia Curitiba e Águas – Noroeste do Paraná; Estradas e Caminhos – Centro do Paraná; Vales do Iguaçu – sudoeste do Paraná; Terra dos Pinheirais – Centro-sul do Paraná e Região Oeste. No ano de 2008 foi instituída uma nova Região Turística, a Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, formada pelos 15 municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, que foram desmembrados da Região Oeste, que passou a denominar-se Riquezas do Oeste.

O estado foi dividido em 10 regiões turísticas. A partir de então, os esforços tanto da SETU, como dos demais atores envolvidos na atividade, foram direcionados ao fortalecimento das regiões. A proposta era de que, cada uma dessas regiões, através da mobilização dos diversos atores envolvidos no turismo, estruturaria o órgão de governança regional, o qual teria como objetivo principal o fortalecimento de sua infraestrutura turística com o intuito de aumentar o fluxo turístico para sua região.

Esta configuração das regiões turísticas ficou sem alterações até o ano de 2013, quando foram instituídas mais quatro regiões turísticas a saber: Vale do Ivaí, Norte Pioneiro, Cantuquiriguaçu e Roteiros da Comcam (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), que estão em processo de implantação das Instâncias de Governança Regional em Turismo. Ressaltamos que há vários municípios que não aderiram a nenhuma região turística, o que segundo a política vigente no Estado do Paraná não os habilita para o repasse de verbas estaduais nem federais destinadas ao fomento da atividade turística.



A necessidade da gestão pública, feita com maior transparência e pautada pela necessidade de maior responsabilidade na gestão dos recursos financeiros, humanos, ambientais e sociais, encontra eco nos discursos de desenvolvimento sustentável do turismo.

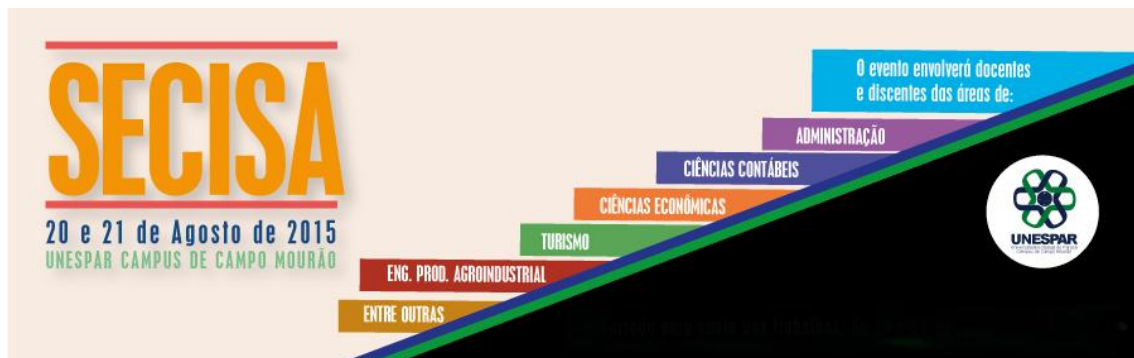
Nesta perspectiva, a criação das governanças regionais de turismo é importante para estabelecer prioridades de investimento, desenvolvimento de novas metodologias de avaliação, inserção dos mecanismos privados e institucionais na definição dos objetivos, na gestão da atividade turística e na elaboração das políticas públicas que vão nortear seu desenvolvimento e sua busca pela sustentabilidade.

Acredita-se que a gestão participativa, através das instâncias de Governança Regional seja capaz de consolidar a atividade turística como indutora do desenvolvimento local/regional principalmente em municípios de pequeno e médio porte, no sentido de buscar nas políticas setoriais a convergência de territórios prontos para enfrentar desigualdades inter e intraregionais, onde haja articulação da sociedade e órgãos governamentais possibilitando aproveitamento das similitudes entre os municípios que compõem uma determinada região turística. (Beni, 2006)

A gestão regionalizada da atividade turística pode contribuir para que seu desenvolvimento ocorra de forma sustentável, desde que as ações para sua promoção sejam oriundas de políticas setoriais de diversos setores, onde haja horizontalidade entre os setores, parcerias entre sociedade, e as três esferas de governo. (MOLINA, 1999)

Swarbrooke (2000), faz uma observação interessante de que talvez a chave do turismo sustentável consista em criar um clima de opinião de consumidores e uma política de governo nas quais as organizações possam competir na base de quem age de forma mais sustentável.

Portanto, a atividade turística requer, em seu planejamento, a atuação de uma equipe multidisciplinar, o que na gestão pública se caracteriza pela integração de diversas pastas. Destaca-se que a intervenção do estado em uma atividade tão representativa como o turismo não pode deixar de acontecer e, por isso, as 3 esferas de governo devem ser atuantes no sentido de garantir através da elaboração, execução e



avaliação de políticas públicas específicas para o setor, que devem ser desdobradas em planos e projetos. (BENI, 2006)

Um fator indispensável de reflexão quando tratamos de políticas públicas e de gestão pública é que elas são fruto de valores, primeiro pessoais, e posteriormente coletivos, de ideologias e de outros fatores. Portanto o envolvimento dos atores torna-se condição para seu sucesso e eventual fracasso. Não se pode delegar a tarefa somente a técnicos, pesquisadores e estudiosos, nem somente àqueles que se guiam pelas práticas de mercado, especificamente falando do turismo, o povo deve desempenhar seu papel de forma consciente, até mesmo, assumindo a dianteira no processo de tomada de decisão. Afinal quem conhece melhor a realidade do local ou da comunidade onde se pretendem implantar tais iniciativas? Quem tem noção real do que pode ser realizado inicialmente?

Projetos dessa natureza devem ser estabelecidos com prazos condizentes com a disponibilidade de recursos, não só os financeiros, mas os humanos, naturais e demais fatores que influenciam no desenvolvimento das ações propostas.

Bibliografia

- BECKER Berta K., **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**, São Paulo, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de regionalização do turismo – diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília, 2007.
- SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO PARANÁ. **Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do Paraná**. Curitiba, 2009.
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo; SILVA, Bárbara-Christine. **Estudos sobre a globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.
- MOLINA, Sergio. **Turismo sin limites**. México, 1999.
- SWARBROOKE, John. **Setor público e cenários geográficos**. São Paulo: Aleph, 2000

SECISA

20 e 21 de Agosto de 2015
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

O evento envolverá docentes
e discentes das áreas de:

ADMINISTRAÇÃO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TURISMO

ENG. PROD. AGROINDUSTRIAL

ENTRE OUTRAS

